



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA CONVÊNIO BRASIL/MOÇAMBIQUE: UMA PROPOSTA DE DEMOCRATIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DO ESTUDANTE

Alessandra Menezes dos Santos Serafini - UFJF

Priscila Aleixo da Silva - UFRJ

Priscila Trogo Pereira - UFJF

RESUMO

O presente artigo pauta-se, inicialmente, na análise do processo histórico-social de democratização do ensino à distância no Brasil, superando as fronteiras nacionais, através do convênio estabelecido entre universidades moçambicanas e brasileiras, na oferta de cursos superiores a distância, por meio do sistema Universidade Aberta do Brasil. Entendemos que uma política de democratização com qualidade, envolve elementos intrínsecos no campo da gestão e do pedagógico para que seja efetiva, principalmente, ao se tratar de Educação a Distância (EaD) imersa no universo das Tecnologias de Informação e Comunicação. Considerando a autonomia do estudante como um desses elementos, analisamos a sua concepção sob a óptica epistemológica e filosófica e como vem se configurando na formação do aluno de EaD, confrontando-a com o sentido de autoestudo, termo tão recorrente nas propostas político pedagógicas de cursos superiores dessa modalidade. Consideramos, portanto, que a autonomia é um processo em construção, que não depende somente do indivíduo, mas também de elementos e ações pedagógicas que o levem a se tornar um sujeito autônomo.

PALAVRAS-CHAVE: democratização, autonomia, aprendizagem, educação a distância.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

1. Introdução

O conhecimento no século XXI é visto como recurso primordial para a produção de riquezas, poder e capital cultural¹. Por esses aspectos que a valorização da formação de indivíduos se baseia na aquisição de conhecimento legitimado pelas instituições. A educação é fundamental para o desenvolvimento da chamada sociedade da informação e do conhecimento. Percebe-se então uma retórica que afirma que quem detém o conhecimento privilegiado, detém as maiores conquistas e vantagens econômicas e culturais. Visando diminuir o abismo da desigualdade educacional, políticas são implementadas em todos os níveis de ensino. O direito ao acesso a educação público é assegurado pelo governo a todos os indivíduos, que pretendem cursar desde as series iniciais até o Ensino Médio. No entanto, o acesso a instituições de Ensino Superior, públicas e privadas ainda são limitados a um público restrito.

A EaD mediada por tecnologias comunicacionais diminui efetivamente as fronteiras físicas e revoluciona a concepção de espaço, tempo e aprendizagem, mas também apresenta algumas limitações visíveis. Não basta apenas ter acesso a rede, é necessário que os indivíduos possuam um domínio mínimo sobre o uso das tecnologias, seguido ainda da construção de conhecimento prévio que o permita relacionar com o conteúdo e com os recursos disponibilizados nas plataformas de ensino. Por isso existe a necessidade constante de se pensar os caminhos que a EaD carece percorrer para alcançar uma formação pautada em qualidade de ensino.

Apesar das limitações dos recursos tecnológicos em países subdesenvolvidos como o Brasil, a EaD representa hoje para o cenário educacional do país uma política de democratização ao acesso que propicia inserção a uma parcela da população tolhida de oportunidades em cursar modalidades tradicionais de ensino. Serafini (2012, p. 20-21) acentua que:

A EaD tem se destacado frente a este novo contexto do avanço tecnológico, seja devido às facilidades oferecidas pelas ferramentas de comunicação ou mesmo pela elevada demanda de alunos adultos em busca de alternativas de formação inicial e, inclusive, de atualização profissional. No Brasil, hoje, vem se consolidando e possibilitando a formação de alunos em diferentes níveis e cursos.

No contexto das políticas para educação superior a EaD possui forte característica transfronteiriça, representada pelo Programa de apoio à expansão da educação superior a distância em Moçambique é iniciado com implantações de alguns cursos realizados na modalidade a distância com parceria de algumas universidades brasileiras e moçambicanas.

A partir do Projeto de Avaliação Permanente dos cursos UAB em Moçambique – Observatório UAB em Moçambique, os cursos a distância, que deverão ser ministrados por iniciativa do sistema Universidade Aberta do Brasil, em convênio com universidades



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

moçambicanas (Universidade Pedagógica e Universidade Eduardo Mondlane), serão avaliados ao longo de sua própria implementação e desenvolvimento.

Dessa forma, propomos, no presente artigo, analisar alguns aspectos relevantes que envolvem o ensino a distância na modalidade *online*, contextualizando a EaD no cenário brasileiro e trazendo um olhar histórico-social de sua política de democratização no Brasil, que, hoje, vai além das fronteiras. Pretendemos também discutir sobre elementos que podem levar à construção da autonomia do aluno dessa modalidade de ensino no processo de formação do aluno. Tal discussão sobre a construção da autonomia culmina em uma reflexão sobre o autoestudo presente em grande parte de projetos políticos pedagógicos (PPPs) de cursos a distância do Brasil e, particularmente, de Moçambique, marco brasileiro de uma política internacional de oferecimento de cursos a distância.

As leituras realizadas, os conceitos estudados e os documentos analisados, de forma sistematizada e organizada por meio da pesquisa bibliográfica, durante os estudos do projeto de avaliação institucional dos cursos mencionados, levaram-nos a algumas inquietações no tocante a questão do auto-estudo recorrente nos PPPs dos cursos: o auto-estudo, que é aparente e proposto nos projetos pedagógicos, segue a concepção de autonomia do aluno no processo de aprendizagem, capaz de levar o estudante a participar do próprio processo de aprendizagem de forma crítica e reflexiva; ou se limita na tradução de um estudo independente, onde o aluno estuda sozinho?

Portanto, as discussões que se seguem visam esclarecer a questão proposta, a partir de um diálogo crítico e reflexivo com autores de diferentes áreas do conhecimento, elucidando aspectos e elementos importantes da Educação a Distância.

2. A Educação a distância, hoje, e sua importância como uma política de democratização - parceria Brasil/Moçambique

2.1 Perspectiva histórica

A organização escolar no Brasil é oriunda de um longo processo histórico, marcado por aspectos segregadores. Por muitas décadas o ambiente escolar destinou-se a uma parcela restrita da população, representada pela elite, que faz uso desse espaço para a promoção da cultura dominante e para manutenção de uma relação de desigualdade e dependência (RUST; JOHNSTONE; ALLAF, 2012, p.169). No entanto é necessário observar, que no final do século XX, a instituição escolar ampliou suas redes, possibilitando que parcelas da população anteriormente alijadas de seu acesso, agora o tivessem como possível. Essa mudança do cenário educacional ocorreu devido transformações em amplitude global, influenciada por princípios neoliberais.

O início do século XX foi marcado pela solidificação de uma política econômica industrial que dominou o globo e que fortaleceu a economia de diversos países, que posteriormente tornaram-se forte influência na construção de agendas públicas interna dos países subdesenvolvidos. Tais influências tomaram maiores proporções após o forte



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, veículo primordial para a diminuição de fronteiras e estreitamento de laços econômicos em amplitude global. A década de 1980 representou para o Brasil um período de estagnação econômica e transição de regime político, mas antes de tudo representou a construção de um cenário que possibilitou as adequações ao modelo econômico neoliberal, fortemente presente nas ações políticas educacionais do Estado na década de 1990, como podemos perceber na colocação a seguir:

O Brasil iniciou um processo de ajustamento de seu projeto político nacional à nova ordem mundial. Esse movimento que se acentua sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso, expressar-se-á em todas as esferas da atividade humana, em particular na educação superior, mediante a tentativa de reconfiguração desse espaço social, segundo a ótica e a racionalidade econômicas. O capital procura tal esfera segundo seus objetivos e a sua lógica (SILVA JR.; SGUISSARDI, 2001).

A retórica que aloca a educação como responsável pela diminuição da desigualdade e alternativa para o desenvolvimento econômico e social, foi incorporada pelo Estado brasileiro. Como suporte dessa afirmação, está aqui anexada parte da Constituição Federal de 1988, que assegura a todos o direito à educação, assim como à igualdade de recurso e acesso ao conhecimento, de forma não discriminatória. Nos artigos do capítulo III, seção I, lê-se:

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (Alterado pela EC-000.019-1998)

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; (BRASIL, 1988)

Desde o início da década de 1990, o governo possui uma postura de busca pela equidade educacional. A fim de atender a demanda de mercado e as necessidades no cenário sócio-global, políticas de acesso e permanência ao Ensino Superior, são fortemente implementadas. O governo brasileiro frente a sua impotência em ofertar para população um número satisfatório de universidade federal capaz de absorver uma quantidade razoável da demanda de alunos existentes, cria alternativas que objetivam contemplar o maior número possível de indivíduos:



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Políticas de estímulo ao alargamento da capacidade de oferecimento dos cursos superiores passam a ser centrais, e incentivos como o Programa Universidade para todos (Prouni), o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) aparecem como reflexos da intenção política do aumento de oferta de ensino superior. A EaD vai se consolidando como política pública à medida que seu oferecimento e regulação vão se institucionalizando. (BORGES; JESUS; SILVA, 2013, p.5)

A Educação a Distância (EaD) surge em meio a esse cenário, e se fortalece devido as transformações relacionais originadas do aprimoramento das Tecnologias de Informação e Comunicação. O surgimento e desenvolvimento destas novas tecnologias digitais foram determinantes para alterar o modo como os homens se portam frente a informação e a comunicação criando assim uma nova forma de interação entre eles. Características como a interatividade e o constante fluxo de informações ligadas à progressiva facilidade de manuseio dos itens tecnológicos possibilitam que uma parcela cada vez mais significativa da sociedade utilize as novas tecnologias digitais como ferramentas que potencialmente conduzem a informação, ao conhecimento e ao entretenimento (BORGES; JESUS; SILVA, 2012, p.2). Outro fator crucial agregado ao desenvolvimento das tecnologias digitais é a transformação da cultura codificada representada por signos e pela linguagem. A cultura é edificada através da interação e forma de compreensão entre os indivíduos:

A comunicação, decididamente, molda a cultura, porque, como afirma Potsman, “nos não vemos a realidade como ‘ela’ é, mas como são nossas linguagens. E nossas linguagens são nossos meios de comunicação. Nossos meios de comunicação são nossas metáforas. Nossas metáforas criam o conteúdo de nossa cultura”. Como a cultura é mediada e determinada pela comunicação, as próprias culturas, isto é, nossos sistemas de crenças e códigos historicamente produzidos são transformados de maneira fundamental pelo novo sistema tecnológico e o serão ainda mais com o passar do tempo (CASTELS, 1999, p. 414).

Frente às mudanças decorrentes no cenário social, o contexto educacional ao qual envolve forças de caráter econômico, político e cultural (RUST; JOHNSTONE; ALLAF, 2012, p.161), viu-se atrelado as necessidades de adequações tecnológicas. O sistema educacional brasileiro é pressionado não somente pelas forças das Tecnologias de Informação e Comunicação, mas principalmente pelo novo contexto econômico global, envolto por princípios neoliberais, aos quais alocaram a educação como o pilar da diminuição da desigualdade e alavanca provedora do desenvolvimento econômico e social. A década de 1990 para o Brasil, no que tange o ensino institucional, teve como fator estrutural as transformações históricas globais descritas de forma breve nos parágrafos anteriores, e que se estendem aos dias atuais.

É necessário ressaltar que a educação à “distância”, está presente no cenário social há tempos remoto. Sua difusão ainda que em aspecto contido, ocorreu a partir do surgimento e desenvolvimento dos veículos de comunicação. Fontes impressas de informações,



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

direccionadas a apreensão e propagação de conhecimentos conceituais, são exemplos enfáticos do que vem sendo afirmado. O livro é um veículo comunicacional antigo, e foi o primeiro meio ao qual a educação se valeu para existir a distância (BORGES; JESUS; SILVA; FONSECA, 2011, p.3). No entanto, a educação a distância como modalidade de ensino, teve seus primeiros ensaios a partir século XIX, através de cursos preparatórios e profissionalizantes, pautados em “material auto instrucional e constituíam-se em cursos por correspondência, academicamente desprestigiados” (GIUSTA, 2003, p.28).

Com o surgimento de veículos de comunicação em massa, como o rádio e a televisão que a educação a distância começou a se fortalecer. Esse fenômeno somente foi possível a partir do momento em que a EaD alcançou um número significativo de indivíduos, podendo transmitir o mesmo conteúdo em tempo real, esse fator possibilitou o surgimento de um processo de ensino sem precedências (BORGES; JESUS; SILVA; FONSECA, 2011, p.3). Borges (2011) afirma que os veículos de comunicação são ferramentas imprescindíveis as novas necessidades e incumbências que o mundo moderno trouxe ao cenário educacional. No entanto podemos observar que somente a partir da década de 90 que a educação a distância passa a ocupar um papel estratégico como recurso pedagógico. Esse fenômeno ocorre devido a expansão da internet.

A internet progressivamente se tornou ferramenta indispensável a essa modalidade educacional. A utilização de veículos de comunicação interativa (recursos das novas mídias digitais) fez do ensino e aprendizagem uma realidade possível, superando, fronteiras de espaço e tempo, inerentes ao modo de educação tradicional (BORGES; JESUS; SILVA; FONSECA, 2011, p.4). A rede permitiu uma interação constante com estudantes, professores/tutores, sociedade e conteúdo, possibilidades inimagináveis quando se concebia a EaD até pouco tempo atrás. No que se refere a transformações e adequações a necessidades de um mundo contemporâneo Borges (2011), enfatiza que:

Em consonância com esse novo contexto em que os indivíduos estão inseridos, a Educação a Distância surge como uma disposição que se adequa plenamente ao meio e necessidades da sociedade moderna, haja visto que a mesma faz uso das novas tecnologias de modo eficaz, de uma maneira que a forma de educação tradicional, presencial, ainda não teve a capacidade ou a necessidade de incorporar ao seus meios e técnicas de ensino. As TIC - cada vez mais desenvolvidas e necessárias ao contexto da sociedade moderna - se adequam a proposta de interação e busca de conhecimento de uma educação que aconteceria a distância, tendo a possibilidade de emergir somente devido ao surgimento de tecnologias de transmissão de informação mais eficazes. (BORGES; JESUS; SILVA; FONSECA, 2011)

Ancorada no uso de novas tecnologias, o ensino a distância surge como alternativa dentro da universidade para dar conta dos imperativos pós-modernos de formação (BORGES; JESUS; SILVA, 2013)



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

No momento em que a procura da universidade deixou de ser apenas a procura de excelência e passou a ser também a procura de democracia e igualdade, os limites da congruência entre os princípios da democracia e da igualdade tornaram-se mais visíveis: como compatibilizar a democratização do acesso com os critérios de seleção interna? Como fazer interiorizar numa instituição que é, ela própria, uma “sociedade de classes” os ideias de democracia e igualdade? (BOAVENTURA, 2010, p. 212)

A lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9.394/96 promulgada em 1996 instituiu a modalidade de Educação à distância. Foi criado a Secretária de Educação à Distância (atualmente extinta), que vinculou-se ao Programa Nacional de Informática e a TV escola, com o intuito de desenvolver de forma adequada a “nova” modalidade de ensino (SILVA JUNIOR, 2010). Somente em 1999, foi iniciado pelo MEC o processo de oficialização do credenciamento de instituições universitárias no ensino a distância (TEIXEIRA e BORGES, 2008 *apud* SERAFINI, 2012, p.20). O governo federal reafirmou a necessidade de uma política de Educação a Distância que contribuísse para a universalização do ensino superior no país. Deste modo, criou em 2005 a UAB (Universidade Aberta do Brasil) que foi desenvolvida e pensada pela proposição do Governo Federal/MEC que convocava todos os órgãos governamentais ligados à educação à (BORGES; JESUS; SILVA, 2012)

articulação e integração experimental de um sistema nacional de educação superior, formado por instituições públicas, que levarão o ensino superior público de qualidade aos Municípios brasileiros que não têm oferta ou cujos cursos ofertados não são suficientes para atender a todos os cidadãos (BORGES; JESUS; SILVA, 2012).²

2.2 Parceria Brasil/Moçambique

No contexto das políticas para educação superior a EaD possui forte característica transfronteiriça, que “cruza fronteiras e pode ser ajustado pelas telecomunicações e pelo transporte” (GRISI, 2004, p. 21). Boaventura (2008) aponta um processo iminente de globalização das universidades intensificado pela força neoliberal prevalecente em grande parte da economia mundial. A ruptura de fronteiras do ensino torna-se um reflexo da natureza global do conhecimento, da pesquisa e da aprendizagem (BORGES; JESUS; SILVA, 2013). Em meio a presente realidade o governo federal:

pública a portaria de número 22/2010, e dá início a instituição do Programa de apoio à expansão da educação superior a distância na República Popular de Moçambique, seguida pela portaria 11/2011 que complementa a anterior e “regulamenta a implantação do Programa de Apoio à Expansão da



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Educação Superior a Distância na República de Moçambique, instituído pela Portaria Normativa nº 22, de 26 de outubro de 2010” (BORGES; JESUS; SILVA, 2013).

O Programa de apoio à expansão da educação superior a distância em Moçambique é iniciado com implantações de alguns cursos realizados na modalidade a distância com parceria de algumas universidades brasileiras e moçambicanas. Borges (2013) afirma que os cursos ofertados “seguem parâmetros e determinações brasileiras e passam a servir de guia para uma política internacional de oferecimento de cursos a distância” (BORGES; JESUS; SILVA, 2013). São oferecidos quatro cursos de graduação, e são eles: pedagogia, matemática, biologia, e administração pública; que são assistidos, respectivamente, pelas seguintes universidades brasileiras: UNIRIO³, UFF⁴, UFG⁵ e UFJF⁶. Como já mencionado o convênio educacional envolve colaboração bilaterais e essa afirmação se estende a formação da equipe profissional envolvida composta por gestores, professores e tutores moçambicanos e brasileiros que assistem três pólos.

Uma pesquisa direcionada a compreensão da implementação de cursos a distância em Moçambique, possui sua relevância, pois é possível absorver contribuições pertinentes para se pensar a prática da EaD trabalhada em cenários diversificados, compreendendo assim, suas potencialidades de alcance e adaptações.

Numa perspectiva de avaliação institucional⁷ dos referidos cursos oferecidos pelas universidades acima mencionadas, objetivamos, através do presente artigo, tecer algumas reflexões a respeito da autonomia do estudante inserido no sistema de Educação a Distância e, em seguida, confrontá-la com os elementos que tratam do auto-estudo contido nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) destes cursos.

Na análise que se segue, pretendemos verificar se o autoestudo, recorrente em muitas propostas de cursos a distância, configura-se somente como um estudo independente que se espera do aluno, próprio da visão estreita de que o aluno de EaD estuda em regime de solidão; ou se, nele, está imbricada a ideia de construção da autonomia do sujeito, voltada para uma formação humanista, crítica e reflexiva - alicerces para a construção do conhecimento e do próprio sujeito.

3. A construção da autonomia do aluno de EaD

Etimologicamente, autonomia é “a condição de uma pessoa ou de uma coletividade cultural que determina ela mesma a lei a qual se submete” (LALANDE, 1999, p. 115 *apud* ZATTI, 2007, p. 12). Essa definição, segundo Serafini (2012, p.23), apresenta a autonomia como “condição”, como ela se dá no mundo e não apenas na consciência do sujeito e, dessa forma, ela é construída sob dois aspectos: o poder de determinar a própria lei e também o poder ou capacidade de realizar algo. Para que se construa a autonomia, é importante que



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

estejam presentes os dois aspectos, ou seja, o pensar autônomo precisa ser também o fazer autônomo.

Entende-se por autonomia a capacidade que o indivíduo tem de determinar sua própria regra, ou seja, “a condição de uma pessoa ou de uma coletividade cultural que determina ela mesma a lei a qual se submete” (LALANDE, 1999, p. 115 *apud* ZATTI, 2007, p. 12). Complementando com Chauí (2000, p. 338 *apud* JUNIOR, 2008, p. 42), o sujeito autônomo é “aquele que tem o poder para dar a si mesmo a regra, a norma, a lei, é autônomo e goza de autonomia e liberdade”. Para a autora, autonomia significa autodeterminação.

Buscamos um entendimento da autonomia no campo da educação, em específico na EaD, e como esta autonomia pode ser construída durante a formação do sujeito. Em consonância com Aboud (2008, p. 19 *apud* SERAFINI, 2012, p. 24), reconhecemos autonomia como emancipação pedagógica e autodeterminação do estudante, o qual tem a liberdade de ser sujeito da educação, participando ativamente do processo de aprendizagem e construção do conhecimento.

Com isso, autonomia não é estudar sozinho de forma independente, mas a forma de o aluno entender e regular a si mesmo, considerando a espontaneidade do estudo – tanto na maneira quanto no conteúdo. Autonomia está alinhada com o pensamento construtivista de Vygostsky (*apud* Matias-Pereira, 2008), no qual o estudante assume o controle de seu aprendizado, mas tem o docente como o suporte e incentivador da aprendizagem (*Ibidem*).

Faz-se necessário também compreender o sentido de heteronomia, que se opõe à autonomia. Enquanto esta é a condição de o sujeito determinar a própria lei, a heteronomia é a condição de quem é determinado por algo estranho a si. Segundo Lalande (*apud* ZATTI, 2007, p. 12), heteronomia é “Condição de uma pessoa ou de uma coletividade que recebe do exterior a lei a qual se submete”. Zatti (*Ibidem*) aponta situações que podem limitar ou anular a autonomia, caracterizando a heteronomia, tais como: a ignorância, a escassez de recursos materiais, má índole moral etc.

Em sua dimensão ética, a autonomia envolve a questão do respeito e da dignidade humana, “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros” (FREIRE, 1996, p. 59 *apud* JUNIOR, 2008, p. 42).

Daí a importância de atentarmos para uma educação voltada para a promoção da autonomia do sujeito que aprende. Portanto, com relação à formação do estudante autônomo, não basta colocá-lo no centro do processo de aprendizagem, mas se deve também respeitar a própria condição humana (SERAFINI, 2012, p. 24).



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Nos preceitos de Paulo Freire (1997), autonomia é a condição sócio-histórica de um povo ou pessoa que tenha se libertado, se emancipado das opressões que restringem ou anulam a liberdade de determinação; e também situação em que se é “ser para si” (FREIRE, 1983, p. 108 *apud* ZATTI, 2007, p. 38). E a heteronomia é a condição de um indivíduo ou grupo social que se encontra em situação de opressão, de alienação, situação em que se é “ser para outro” (FREIRE, 1983, p. 38 *apud* ZATTI, 2007, p. 38).

A pedagogia libertadora freireana, de acordo com Serafini (2012, p.31), supõe “um ensino voltado ao diálogo, à liberdade, e a uma busca constante pelo conhecimento participativo e transformador, em que o ser humano é entendido como sujeito de sua própria aprendizagem, e não como mero objeto passivo e heterônomo diante do saber”.

Ao tratarmos da construção da autonomia no processo de aprendizagem, deve-se levar em consideração as diferenças individuais dos estudantes, respeitando as diferentes formas de construção do conhecimento, bem como os elementos que podem contribuir para a formação de um sujeito autônomo.

Diante da nova realidade da educação a distância, hoje em crescente evidência, visto que a literatura atual sobre EaD costuma apresentar a necessidade de um perfil de um aluno autônomo, capaz de buscar os conhecimentos dos quais necessita, faz-se necessário conhecer o que os teóricos atuais discutem a respeito da autonomia nesse contexto educacional.

Em educação a distância, a autonomia muitas vezes é apontada como fruto da “solidão” do aluno de EAD, pelo fato de esse aluno ter que estudar sozinho e não na presença física de colegas de curso e professores. Mas não é essa situação da não presença física que irá tornar o aluno autônomo. A autonomia em educação a distância é construída através da interação entre alunos, tutores e professores nos AVAs, além de ser favorecida pela utilização de vários recursos (chat, fórum, wik) disponíveis para promover essa interação.

Em sentido geral, a educação vem buscando um desenvolvimento pedagógico ao longo do tempo, saindo dos moldes tecnicistas para chegar ao sócio-interacionismo⁸ de hoje. Na abordagem sócio-interacionista, de acordo com Serafini (2012, p.35), a aprendizagem “é entendida como um fenômeno que se realiza por meio da inserção do indivíduo na sociedade e da interação deste com os outros; é em contextos históricos, sociais e culturais que ocorre a construção do conhecimento mediado”. Segundo Vygotsky (2007), a aprendizagem ocorre através da internalização, a partir de um processo que possui uma dimensão coletiva.

A educação a distância, no entanto, chega nesse cenário atual da educação com parâmetros industriais de produção de massa, criando dessa forma uma contradição com a realidade da educação atual, gerando “conflitos pedagógicos”. Belloni (2009) destaca que, em EaD, nos últimos tempos, muitos discursos e práticas são fundados em modelos teóricos provenientes de uma sociedade industrial, cuja economia centrava-se nos paradigmas do fordismo e pós-fordismo. Segundo a autora, é fundamental trazer à tona esse debate, uma vez que esses modelos, criados para descreverem formas específicas de organização da produção econômica, têm influenciado tanto a elaboração dos modelos teóricos como também as próprias políticas e práticas de EaD segundo a ideologia desses modelos, considerando-se



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

tanto as estratégias desenvolvidas como a organização da produção de materiais pedagógicos e do próprio trabalho acadêmico.

Entretanto, alguns cursos já vêm buscando um modelo mais humanista, fugindo dos moldes fordistas, dando mais ênfase ao aluno e aos processos de ensino e aprendizagem, possibilitando uma aprendizagem autônoma⁹, na qual o estudante é um sujeito ativo e participativo, capaz de realizar a sua própria aprendizagem. Para isso, a EaD tem que ser de qualidade, havendo seriedade e coerência do projeto pedagógico; contando com gestores, educadores e mediadores competentes; buscando o envolvimento dos alunos e criando meios de o aluno aprender com autonomia (MORAN, 2010, p. 129).

É certo que, hoje, grande parte das atividades envolve o uso das tecnologias, exigindo certo grau de autonomia dos indivíduos quanto à utilização das mesmas, inclusive no universo de diversas formações, como a educação a distância, que pressupõem autonomia para:

[...] saber dar conta sozinho de situações complexas, mas também colaborar, orientar-se nos deveres e necessidades múltiplas, distinguir o essencial do acessório, não naufragar na profusão das informações, fazer as boas escolhas segundo boas estratégias, gerir corretamente seu tempo e sua agenda... (LINARD, 2000, p. 2).

Consideramos a autonomia do estudante como um produto da independência, mas também da interdependência. Dessa forma, os estudantes em EaD também devem ser ajudados a construir autonomia por meio de um processo de interação. Daí a importância do papel do professor/tutor como mediador nesse processo, desmitificando também a ideia de que em EaD o aluno autônomo aprende sozinho e independe do professor. Por isso, é importante que, nesse processo de mediação e interação entre professor/tutor e aluno, toda a equipe pedagógica pense numa formação para a autonomia. Para tanto, as práticas pedagógicas devem ser repensadas, principalmente em tempos de uma educação mediatizada, imersa no mundo das TIC, cujos atores envolvidos estão em constante contato (SERAFINI, 2012, p. 42).

A EaD torna-se, portanto, uma modalidade atrativa, proporcionando maiores possibilidades para o adulto conduzir a sua própria formação, pois através dela os adultos contam com novas possibilidades de iniciar, ou dar continuidade, à sua aprendizagem de forma autônoma, direcionando-a de acordo com seus interesses pessoais e/ou profissionais (*Ibidem*, p.43).

Entendemos, então, que a autonomia é construída ao longo do processo de ensino e aprendizagem, não dependendo somente do aluno e de suas características individuais; a sua construção depende também de outros elementos: da metodologia adotada, do material didático, do papel do professor e das tecnologias de informação e de comunicação utilizados neste processo.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

3.1 O autoestudo nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos a distância

A democratização em EaD, seja no âmbito nacional e/ou internacional, diante da oferta de cursos superiores com qualidade, no nosso caso em Moçambique, envolve questões que transcendem o campo administrativo e o pedagógico, e que, ao mesmo tempo, estão intrínsecos nesse processo de implementação dos cursos a distância. A complexidade do tema em questão levaria à uma discussão mais ampla de aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais, antropológicos, éticos e até geográficos, que perpassam pelas ações da gestão e da docência e que deveriam ser refletidos e considerados nas decisões que são tomadas em prol de uma educação de excelência. No entanto, não objetivamos trazer tais discussões, pois não caberiam na extensão, que nos é concedido, do presente artigo; propomos estas reflexões para uma discussão *à posteriori*.

O tema que nos incita e nos move, nas linhas que se seguem, não apenas transcende e se mostra intrínseco nos aspectos da gestão e do pedagógico, como também dos demais aspectos acima referidos – tratamos da autonomia do estudante de EaD, em particular, a construção dessa autonomia.

Em nossas leituras, vislumbramos a presença constante dos termos autoestudo e autonomia nos projetos pedagógicos de instituições de ensino superior, que oferecem o curso a distância, inclusive de alguns cursos oferecidos em Moçambique.

Ressaltando novamente o que Moran (2010, p. 129) retrata sobre a EaD, esta deve ser de qualidade, havendo seriedade e coerência do projeto pedagógico; contando com o compromisso de gestores, educadores e mediadores de forma competente; para que os alunos estejam comprometidos e envolvidos no próprio processo de aprendizagem, criando meios de o aluno aprender com autonomia.

O aluno autônomo é o estudante ativo, aquele capaz de realizar sua própria aprendizagem. Pode-se dizer que, ao vivenciar o autoestudo, o aluno participa ativamente de seu processo de aprendizagem, desenvolvendo a autonomia da aprendizagem. O aluno autônomo controla o seu estudo, entendendo e regulando suas necessidades de aprendizado. Mas vale ressaltar que os docentes e as instituições de ensino devem dar suporte didático e pedagógico aos seus alunos a fim de promover essa autonomia.

Pode-se ter em Educação a Distância, assim como em cursos presenciais, alunos em situação de heteronomia, considerados passivos frente à construção do saber, que só recebem informações, mas que não conseguem organizar seus conhecimentos e participar ativamente de seus processos de aprendizagem. Segundo Peters (2010, p.156),

os estudantes trabalham autonomamente como em nenhuma outra área educacional; por outro lado, seu estudo no telestudo corrente é muito mais pré-determinado, estruturado, amarrado a fatores pré-estabelecidos e mais regulamentado do que o estudo com presença, e, portanto, em alto grau heteronômico.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Na compreensão da autonomia, os alunos devem assumir maior responsabilidade de seu próprio estudo, “havendo maior independência de iniciativas para organizarem e planejarem seus estudos, podendo e tendo que decidir *onde, por quanto tempo, quando, com que intensidade, em que ordem e em que ritmo* irá estudar” (SERAFINI, 2012, p.63). Essa independência organizatório-formal, assim denominada por Peters (2010),

é reduzida e restrita entre os estudantes dos ambientes virtuais de aprendizagem ao considerar os seguintes aspectos: os alunos não podem iniciar os cursos quando desejam, pois esses devem se iniciar em um semestre de um ano letivo; eles devem respeitar e cumprir prazos pré-determinados para o envio das tarefas de estudo; existe um programa dentro de um currículo estabelecido pela instituição a ser cumprido (SERAFINI, 2012, p. 63-64).

Nota-se, então, que o estudo do aluno em EaD também está engessado em normas, prescrições, regulamentos e sanções institucionais, limitando, assim, a autonomia tão esperada do aluno. São indícios do quanto essas medidas tradicionais do ensino presencial continuam influenciando na organização e estruturação do ensino a distância, tratando-se de cursos de graduação e pós-graduação *Lato Sensu*, ao contrário de cursos livres, que, por definição, têm menos limites com relação a prazos e procedimentos (PETERS, 2010).

O fato de o aluno estudar “sozinho” não faz dele um aluno autônomo. Por isso é muito importante o papel do professor/tutor como mediador da construção da autonomia do aluno. O aluno de EAD não aprende sozinho, ele necessita de suporte e orientação.

Em geral, nos projetos pedagógicos das instituições, em EaD, a autonomia é algo já esperado dos alunos, mas que também pode ser desenvolvido com a ajuda do tutor. Atribui-se a responsabilidade ao tutor de incentivar e colaborar para que o aluno desenvolva sua autonomia. O aluno precisa desenvolver com a colaboração do tutor/professor formas que o levem a conseguir realizar o autoestudo.

Talvez tal percepção esteja ligada ao equívoco de enxergar o aluno de EaD como um aluno que precisa estudar sozinho, já que não divide espaço físico com professores e colegas de curso, desconsiderando a interação que deve existir nos espaços AVAs (Ambientes Virtuais de Aprendizagem). Entender que, só por estudar sozinho o aluno irá desenvolver a autonomia, gera uma concepção errônea, pois desconsidera que existem alunos em EaD que ainda se encontram na situação de heteronomia e necessitam de incentivo e, principalmente, que o sujeito se faça autônomo coletivamente, devido aos processos de interdependência que se estabelecem nesses ambientes.

No tocante aos materiais didáticos, deve-se haver uma grande preocupação quanto ao uso de materiais, de modo a superar os modelos auto-programados, saindo de uma visão tecnicista de ensino para alcançar uma prática mais humanista e, dessa forma, traçar



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

estratégias que possibilitem ao aluno ser o sujeito da própria aprendizagem (SERAFINI, 2012).

Os cursos de EAD precisam ser (re)pensados, levando-se em consideração todas as particularidades desse tipo de modalidade. Compromete-se a qualidade do ensino ao se realizar um curso a distância nos mesmos moldes do ensino presencial, desconsiderando as especificidades exigidas por esse tipo de ensino. Utilizar os recursos dos ambientes virtuais de aprendizagem, promover a interação construtiva entre alunos e tutores, faz-se necessário para o sucesso do curso e para a formação de estudantes autônomos.

Embora o ensino expositivo e a aprendizagem receptiva ainda estejam presentes em práticas escolares comuns, “o estudo autônomo precisa ser fomentado, desenvolvido e orientado de forma consciente com base na decisão própria, tanto por docentes quanto por discentes” (SERAFINI, 2012, p.64).

4. Considerações finais

Nos limites deste trabalho, procuramos demonstrar a importância da expansão dos sistemas educacionais, tendo como foco principal a modalidade de educação à distância em nível superior, que representa hoje uma importante ferramenta de acesso ao ensino. No entanto, a de se levar em consideração que a “democratização” centrada somente na expansão de matrículas encontra limites, que se estendem além das estruturas físicas e medidas de permanência de alunos nas instituições. Aqui fizemos referência a maneira com que a construção de conhecimento do aluno é percebida e concebida por parte da instituição que o assiste.

Com base em teorias consagradas e pesquisas previamente realizadas entendemos que a formação deveria possibilitar autonomia educacional ao aluno. Como já mencionado a autonomia aqui é compreendida como construção adquirida através de um longo processo de ensino e aprendizagem, inerentes as características individuais. Assim como o aluno da modalidade presencial, o aluno da EaD não aprende sozinho, apesar dele estudar “sozinho”, ele também necessita de suporte e orientação mediada através da gestão institucional, e principalmente através do professor/tutor.

Constatamos que a educação à distância necessita ser pensada e estruturada, a partir de suas particularidades, e por mais que esse seja o discurso existente no cenário em que ela se engloba, dificilmente é o que se encontra na prática. A EaD é uma modalidade de ensino recente no país, e conseguir captar suas vantagens e defasagens como sistema educacional é um desafio constante para os pesquisadores da área. No entanto, torna-se necessário a compreensão mínima do que vem a ser o aluno por ela assistido; o fato de não compartilhar o mesmo espaço físico do professor/tutor, não significa que tenha que estudar sem auxílio, conduzir o indivíduo a organização do seu tempo de estudo e a uma interação com os espaços virtuais é função dos profissionais envolvidos com o curso ofertado.

A educação à distância no Brasil está se expandindo como uma ferramenta de democratização educacional, e o Convênio UAB/Moçambique nos indica esse caráter



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

assistencial com um novo aspecto transnacional que visa propiciar uma formação educacional continuada a indivíduos tradicionalmente alocados a margens do sistema de ensino, ultrapassando fronteiras internacionais. No entanto, é necessário refletir que a democratização educacional vai para além da ampliação ao acesso, medidas que visam a permanência no sistema de ensino deve fazer parte desse processo. Aqui nos referimos sobre como a aprendizagem do aluno é percebido nessa modalidade, enfatizando aspectos referentes a pré-suposição de sua autonomia. O fato do mesmo não estar vinculado a modalidade tradicional de ensino, pode criar uma percepção turva sobre o que seria uma construção autônoma de aprendizagem. Esse fator pode gerar defasagens na forma com que a mediação do processo de construção de conhecimento é edificada pelos profissionais da educação ali envolvidos. As políticas de ensino que envolvem a modalidade a distância tem que se afastar da premissa de que seu aluno é autônomo ou está pré condicionado a se tornar autônomo somente pelo fato de estudar em espaços ausente de presenças físicas. Paulo Freire defende que a autonomia é um processo sócio-histórico representado pela emancipação das opressões que restringem ou anulam a liberdade de determinação dos indivíduos. Alcançar a formação autônoma é um processo contínuo, e aspectos peculiares de cada estudante tem que ser considerado, porque existem diferentes formas de se construir um saber. O estudo aqui realizado indica a necessidade de construir novas concepções sobre aluno assistido por essa modalidade, assim como deve haver preocupação constante sobre as diversas faces que compõe uma formação educacional envolta pela característica da democratização social.

5. Notas Explicativas

¹ Termo cunhado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. Para maior compreensão vide a obra do autor intitulada “A distinção: crítica social do julgamento” - Edusp/Zouk, 2007.

² Disponível em <<http://www.uab.mec.gov.br/infogerais.php>> . Acesso em: 13 ago. 2013.

³ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (Oferece o curso de Pedagogia).

⁴ Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro (Oferece o curso de Matemática).

⁵ Universidade Federal de Goiás, Goiás (Oferece o curso de biologia).

⁶ Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais (Oferece o curso de Administração Pública).

⁷ A avaliação institucional dos cursos oferecidos à Moçambique pelas universidades brasileiras mencionadas será realizada por meio de um projeto de pesquisa proposto e



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

coordenado pela Prof^a. Dr^a Eliane Medeiros Borges, da UFJF, que teve início em julho de 2013.

⁸ Segundo Vygotsky (2007, p.58) o processo de internalização consiste numa série de transformações, dentre elas: “Um processo interpessoal transforma-se num processo intrapessoal. Todas as funções no desenvolvimento da criança aparecem duas vezes: no ciclo do desenvolvimento humano: primeiro, no nível social, e, depois, no nível individual; primeiro, entre pessoas (interpsicológica), e, depois, no interior da criança (intrapsicológica). Isso se aplica igualmente para a atenção voluntária, para a memória lógica e para a formação de conceitos. Todas as estruturas mentais superiores originam-se das relações reais entre indivíduos humanos”.

⁹ Belloni (2009, p. 39-40, grifos da autora), em consenso com Trindade (1992), Carmo (1997) e Knowles (1990), define **aprendizagem autônoma** como "um processo de ensino e aprendizagem **centrado no aprendente**, cujas experiências são aproveitadas como recurso, e no qual **o professor deve assumir-se como recurso do aprendente**, considerado como um ser autônomo, gestor de seu próprio processo de aprendizagem, capaz de autodirigir e autorregular este processo. Este modelo de aprendizagem é apropriado a adultos com maturidade e motivação necessárias à autoaprendizagem e possuindo um mínimo de habilidades de estudo”.

6. Referências

BELLONI, M.L.. **Educação a distância**. 5. ed. São Paulo: Autores Associados, 2009.

BORGES, E. M. ; JESUS, D. P. ; SILVA, P. A. . Educação a distância entre realidades: a internacionalização do ensino e os cursos a distância brasileiros em Moçambique. In: X ESUD, 2013, Belém. Anais do X ESUD, 2013.

BOURDIEU, P. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Lei nº 9394/96.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. 3ª Ed. São Paulo: Editora Paz e Terra S.A.,1999



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997. (Coleção Leitura).

GIUSTA, A. da S. Educação a distância: contexto histórico e situação atual. In GIUSTA A. da S.; FRANCO, I. M. (orgs.) Educação a Distância: uma articulação entre a teoria e a prática. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2003.

GRISI, C. C. H. Negociações em torno do acordo geral sobre comércio e serviço. In: Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, ano 22, n. 33, Brasília, abr. 2004

JESUS, D. P. ; BORGES, Eliane Medeiros ; SILVA, P. A. da ; FONSECA, D. O. . Implicações do uso de materiais didáticos e tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento de cursos de EaD. In: IX Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância, 2012, Recife. Anais do IX Congresso de ensino Superior a Distancia. Recife: UFPE, 2012. v. 1. p. 1-15.

JESUS, D. P. ; BORGES, E. M. ; FONSECA, D. O. ; SILVA, P. A. da . A EaD no Contexto Educacional: Proposta para a Avaliação. In: VIII Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distancia, 2011, Ouro preto. VIII Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distancia. Ouro Preto: Associação Universidade em Rede, 2011. v. 1. p. 1-14.

JUNIOR, J. C. B. R. As possibilidades interativas do espaço virtual no contexto da educação a distância. In: SERRA, A. R. C.; SILVA, J. A. R. (org.). **Por uma educação sem distância**: recortes da realidade brasileira. São Luís: Editora da UEMA, 2008, p. 39-50.

LINARD, M. **A autonomia do aprendente e as TIC**. Tradução de Maria Luiza Belloni, 2000. Disponível em: <http://www.comunic.ufsc.br/artigos/art_autonomia.pdf>. Acesso em 10 ago. 2013.

MORAN, J. M. **Mudar a forma de ensinar e aprender com tecnologias**, 2009. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/uber.htm>>. Acesso em 04 ago. 2013.

PETERS, O. **Didática do ensino a distância**: experiências e estágio da discussão numa visão internacional. São Leopoldo: Unisinos, 2010.

SANTOS, B. S. Pelas mãos de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez. 2010

SERAFINI, A. M. S. **A idealização e a realidade: a autonomia do aluno em educação a Distância**. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ppge/files/2012/05/Alessandra-Serafini.pdf>> Acesso em 30 jul. 2013.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. As novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudança na produção. São Paulo: Cortez, 2001.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZATTI, V. **Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. Disponível em:
<<http://www.pucrs.br/edipucrs/online/autonomiaeducacao.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2013.